

Rolim
Goulart
Cardoso

Boletim ESG

Principais
notícias e
avanços

Setembro de 2024



Responsáveis:

Maria João Rolim
Thiago Pastor A. Pereira
Luis Gustavo Miranda
Paulo Teixeira Fernandes
Marcus Vinícius N. Vaz
Vivian Marcondes
Amanda A. Alves Pacheco

Boletim ESG

Principais notícias e avanços
Setembro de 2024

Este boletim destaca os recentes avanços e discussões em questões ambientais, sociais e de governança relevantes para empresas de todos os setores.

Para obter mais informações sobre esse cenário empresarial e jurídico em evolução, recomendamos que você entre em contato com os advogados do **Rolim Goulart Cardoso** em [nossa página de prática ESG](#).

Boa leitura.



Índice

Âmbito nacional

I. Publicada Instrução Normativa que dispõe sobre igualdade salarial entre mulheres e homens.....	5
II. Programa de desenvolvimento do hidrogênio de baixa emissão de carbono é sancionado	6
III. Publicada a versão em português dos princípios de governança corporativa do G20/OCDE 2023	7
IV. Desastres naturais devem gerar perdas aproximadas de R\$851,5 bilhões ao setor de seguros	9
V. BNDES lança programa para impulsionar investimentos em florestas nativas	10
VI. Declaração do G20 consolida compromisso com inovação aberta para o desenvolvimento sustentável.....	11
VII. Pesquisa aponta que consumidores brasileiros valorizam certificação socioambiental no momento da compra	12

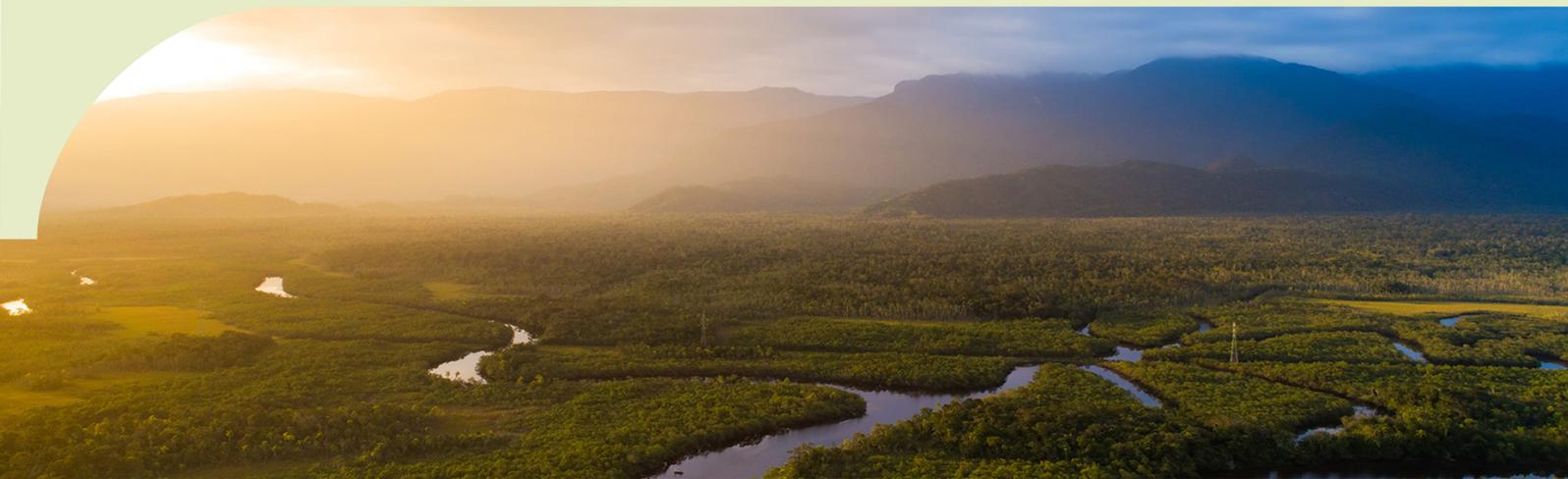
Âmbito internacional

I. “Climate Week” é realizada em Nova York nos dias 22 a 29 de setembro	13
II. Departamento de Justiça dos EUA publica novas diretrizes para avaliação de programas de compliance.....	15
III. Nações Unidas adotam o “pacto para o futuro” em prol da governança global ..	16
IV. Austrália aprova lei para iniciar relatórios climáticos obrigatórios em 2025 ..	17
V. EPA divulga novos padrões e recomendações de rótulos para identificar produtos sustentáveis.....	18
VI. IA impulsiona esforços de descarbonização e gera benefícios financeiros, aponta estudo	19
VII. IFRS lança guia para ajudar empresas a aplicar os padrões de relatórios de sustentabilidade da ISSB.....	20

Outras notícias interessantes

I. Uso de arrecadação do petróleo para proteção da Amazônia.....	21
II. Como as empresas podem delinear seu roteiro de governança de IA.....	21
III. Noruega avança no projeto de armazenamento de CO2 no fundo do oceano.....	22
IV. O papel da indústria de seguros na transição para o Net-Zero	22

V. Última usina a carvão do Reino Unido encerra atividades	22
VI. Pacto Global da ONU realiza maior evento brasileiro de sustentabilidade corporativa no exterior.....	23
VII. Estudo diz que 86% das empresas brasileiras querem financiamento sustentável.....	23
VIII. Brasil é cotado como o hub de solução climáticas para o mundo	24
IX. A sustentabilidade é um impulsionador da inovação, não uma despesa a ser gerenciada.....	24
X. Hong Kong propõe padrões de relatórios de sustentabilidade alinhados ao IFRS	24
XI. Ibama lança nova plataforma de big data para acelerar recuperação ambiental	25
XII. Governador do Pará anuncia venda histórica de quase R\$ 1 bi em créditos de carbono	25
XIII. MTE atualiza “Lista Suja” com 176 empregadores por condições análogas à escravidão	25



Âmbito nacional

| Publicada Instrução Normativa que dispõe sobre igualdade salarial entre mulheres e homens

Foi publicada, em 17 de setembro, a Instrução Normativa (IN) GM/TEM nº 6, que regulamenta a implementação da Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023, que, por sua vez, estabelece a obrigatoriedade da igualdade salarial e a adoção de critérios remuneratórios equitativos pelas empresas.

A Instrução aborda, dentre outras matérias, a criação e publicização do Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, que será consolidado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Esse relatório deverá ser divulgado semestralmente, em março e setembro, de maneira acessível tanto aos trabalhadores quanto ao público em geral, por meio dos sites e redes sociais das empresas, além de plataformas governamentais.

O MTE publicará o relatório no portal do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho. A fiscalização será conduzida pela Auditoria-Fiscal do Trabalho, que poderá exigir a elaboração de um Plano de Ação para Mitigação da Desigualdade Salarial caso seja identificada uma diferença salarial sem justificativa plausível.

A IN também define, em seu anexo, a metodologia a ser seguida para o preenchimento do Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios.

Destaca-se que, de acordo com o art. 5º da Lei da Igualdade Salarial, a publicação semestral dos relatórios de transparência salarial é obrigatória para as pessoas jurídicas de direito privado com 100 ou mais empregados, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, sujeitando as empresas ao pagamento de multa administrativa em caso de descumprimento.

Além disso, a IN implementa a aba “Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios” na área do empregador no Portal Emprega Brasil, tornando obrigatória a publicação do relatório, conforme estabelecido pelo art. 6º da Portaria MTE nº 3.714/2023, que regulamenta a Lei nº 11.461.

Por fim, a IN também estabelece que a Carteira de Trabalho Digital será o canal específico para denúncias de discriminação salarial, acessível por meio da aba “Outras Opções - Canal de Denúncias Trabalhistas”, no título “Qual a sua denúncia/reclamação trabalhista?”

Para acessar a Instrução Normativa, acesse o [link](#).

II Programa de desenvolvimento do hidrogênio de baixa emissão de carbono é sancionado

No último dia 27 de setembro, foi promulgada a Lei nº 14.990/2024, instituindo o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC), matéria que havia sofrido veto presidencial quando da sanção do Marco Legal do Hidrogênio de Baixo Carbono.

Com o objetivo de acelerar a transição energética e a consequente descarbonização nacional, o PHBC trata da concessão de até R\$18,3 bilhões, entre 2028 e 2032, sob a forma de créditos fiscais aos contribuintes que produzem ou adquirem hidrogênio de baixa emissão de carbono.

De acordo com a norma, o crédito fiscal será concedido entre 1º de janeiro de 2028 a 31 de dezembro de 2032 às empresas ou consórcio de empresas produtoras

e compradoras de hidrogênio de baixo carbono que vencerem o processo concorrencial a ser realizado pelo Poder Público, com o objetivo de selecionar os projetos que mais contribuam com o desenvolvimento regional ou com a criação de medidas de mitigação e de adaptação à mudança do clima, estimulem o desenvolvimento tecnológico ou que sejam mais favoráveis à diversificação do parque industrial brasileiro.

Além de vencerem o certame, os contribuintes interessados na obtenção do incentivo fiscal deverão comprovar a sua habilitação no âmbito do Rehidro ou, no caso dos compradores, que adquirem hidrogênio de baixa emissão de carbono de outros produtores habilitados no Rehidro.

Embora a aprovação da Lei nº 14.990/2024 e a instituição do Marco Legal do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono pela Lei nº 14.948/2024 sejam fundamentais para a implantação e consolidação da indústria de hidrogênio de baixa emissão de carbono, a eficácia dessas medidas ainda pressupõe a regulamentação adequada de questões referentes ao Rehidro, à habilitação de projetos no PHBC, ao processo concorrencial para concessão dos créditos fiscais, e até aos critérios que serão utilizados para seleção dos projetos considerados prioritários e/ou para fixação do limite individual dos créditos fiscais concedidos às empresas ou consórcios de empresas que vencerem o certame.

Para mais informações, acessar nosso [**informe extraordinário**](#).

III Publicada a versão em português dos princípios de governança corporativa do G20/OCDE 2023

Foi lançada a versão em português dos “Princípios de Governança Corporativa do G20/OCDE”, um documento criado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Esses princípios têm como objetivo apoiar legisladores e reguladores na análise e aprimoramento dos quadros jurídicos, regulatórios e institucionais que regem a governança corporativa, com vista a apoiar a eficiência econômica, o crescimento sustentável e a estabilidade financeira.

O documento define as bases essenciais para um sistema robusto de governança corporativa, além de fornecer diretrizes práticas para sua aplicação em diferentes países. Essas orientações são direcionadas a todas as partes interessadas, incluindo investidores e empresas, que desempenham um papel crucial na promoção de boas práticas de governança. O intuito é aprimorar o acesso das empresas aos mercados financeiros, em um contexto de constante evolução das expectativas dos investidores, promovendo maior transparência e reforçando seus direitos.

Com base nos Princípios, as iniciativas governamentais, semigovernamentais ou do setor privado poderão avaliar a qualidade do enquadramento da governança corporativa e desenvolver disposições obrigatórias ou voluntárias mais detalhadas, que possam ter em conta as diferenças econômicas, jurídicas e culturais específicas de cada país.

A tradução foi resultado de uma colaboração entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) do Brasil e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) de Portugal.

Segundo Luís Laginha de Sousa, presidente do Conselho de Administração da CMVM, a disponibilização dos princípios em português é um avanço relevante para disseminar as boas práticas de governança corporativa entre os mais de 260 milhões de falantes de língua portuguesa. Ele afirmou que “ao disponibilizarmos os Princípios de Governo das Sociedades do G20/OCDE em português, ampliamos a sua difusão, facilitando o acesso a este importante documento por legisladores, reguladores, empresas e investidores em todos os países da lusofonia”.

Você pode acessar o documento através desse [link](#) ou acessar a notícia [no site do governo brasileiro](#).



IV Desastres naturais devem gerar perdas aproximadas de R\$851,5 bilhões ao setor de seguros

Um recente relatório da **Verisk** (empresa especializada em modelagem de riscos) aponta que os desastres naturais estão projetados para causar perdas anuais de até US\$ 151 bilhões (cerca de R\$ 851,5 bilhões) para o setor de seguros, refletindo um aumento de 40% em relação à média dos últimos cinco anos.

O aquecimento global tem intensificado a gravidade dos desastres, o que representa um desafio crescente para as seguradoras que precisam gerenciar uma diversidade de riscos em diferentes partes do planeta.

O relatório destaca que, embora eventos como furacões e terremotos sejam os mais impactantes, outros fenômenos, como tempestades severas, incêndios florestais e inundações, são responsáveis por mais da metade das perdas projetadas, somando US\$ 119 bilhões (cerca de R\$ 672 bilhões). A complexidade na previsão dos riscos decorre do aumento da frequência desses eventos climáticos menores, mas que possuem impactos significativos.

Em 2022, 37 tempestades severas causaram danos superiores a US\$ 1 bilhão (R\$ 5,65 bilhões) cada, um número consideravelmente superior à média anual de 14 tempestades desse porte.

Ainda que o entendimento sobre o efeito das mudanças climáticas em incêndios florestais e inundações esteja bem estabelecido, há uma lacuna na compreensão da influência dessas mudanças sobre tempestades severas.

Por fim, o relatório da Verisk alerta que o aumento das perdas relacionadas a desastres naturais deve pressionar o setor a ajustar suas estratégias de gestão de risco e considerar novos modelos de precificação para lidar com os desafios emergentes impostos pelas mudanças climáticas.

V BNDES lança programa para impulsionar investimentos em florestas nativas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou, no dia 12 de setembro, o programa “BNDES Florestas Crédito”, disponibilizando até R\$ 1 bilhão para financiar projetos de reflorestamento e manejo florestal com condições especiais. As vantagens incluem taxas de juros a partir de 1% ao ano (com encargos e spread de até 2,5%) e prazos de pagamento de até 300 meses, com 96 meses de carência.

O programa visa expandir o acesso ao crédito para esse setor, buscando atrair bancos privados para apoiar financeiramente a restauração florestal no Brasil.

Podem acessar o crédito: Sociedades de Propósito Específico (SPEs), concessionárias ou sociedades (“holdings”) controladoras de SPEs que sejam detentoras da concessão de gestão de parques naturais e/ou urbanos e da concessão florestal ou empresas de negócios de restauração florestal com espécies nativas, de manejo sustentável de produtos madeireiros e não madeireiros e da silvicultura de espécies nativas.

As atividades financiáveis incluem:

- **(i) manejo florestal sustentável** (exploração de impacto reduzido) de produtos madeireiros e não madeireiros, e outros investimentos associados ao manejo florestal sustentável;
- **(ii) recomposição da cobertura vegetal** com espécies nativas para fins de restauração florestal ecológica ou produtiva com espécies nativas;
- **(iii) plantio florestal** de espécies nativas e sistemas agroflorestais;
- **(iv) apoio à cadeia produtiva** de produtos madeireiros e não madeireiros de espécies nativas;

● **(v) investimentos em concessões públicas** de Parques Nacionais, estaduais ou municipais, naturais ou urbanos, com vistas a desenvolver atividades de educação ambiental ou desenvolvimento turístico dos municípios que abrigam ou estão no entorno;

● **(vi) Investimentos em Concessões Florestais**, com vistas à redução do desmatamento, conservação ambiental, pesquisa científica, educação ambiental entre outras atividades reguladas pelos órgãos competentes.

As operações no âmbito do Programa BNDES Florestas deverão ser estruturadas preferencialmente no modelo de Project Finance.

Para ver mais informações sobre o programa, acesse o [link](#).

VI Declaração do G20 consolida compromisso com inovação aberta para o desenvolvimento sustentável

No dia 20 de setembro, os países participantes do G20 aprovaram a Declaração de Manaus, que reafirma o papel crucial da inovação aberta para enfrentar desafios globais e reduzir as desigualdades no acesso aos avanços científicos e tecnológicos.

Realizada em Manaus, na Amazônia brasileira, a reunião destacou a necessidade de um modelo de inovação colaborativa que promova o desenvolvimento sustentável e equitativo, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

Com o tema “Inovação Aberta para um Desenvolvimento Justo e Sustentável”, a Declaração enfatiza que a inovação deve transcender fronteiras e promover a cooperação internacional, considerando que as desigualdades globais no acesso à ciência e à inovação impedem o desenvolvimento sustentável, especialmente em países em desenvolvimento.

Os líderes do G20 se comprometeram a ampliar a cooperação em ciência, tecnologia e inovação (CTI), assegurando que todos os países tenham acesso a oportunidades de pesquisa e financiamento, visando reduzir as desigualdades globais.

O documento também destaca a importância de proteger a biodiversidade e os ecossistemas, reforçando o papel das florestas tropicais e dos ecossistemas marinhos, como a Amazônia, no combate à degradação ambiental e às mudanças climáticas. Outro ponto crucial foi o compromisso com a inovação na saúde global, após os impactos da pandemia de Covid-19, buscando garantir a cobertura universal de saúde por meio de tecnologias acessíveis.

Confira a Declaração de Manaus no [link](#) e a notícia divulgada pelo governo brasileiro [aqui](#).

VII Pesquisa aponta que consumidores brasileiros valorizam certificação socioambiental no momento da compra

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou uma pesquisa que apontou que mais da metade (58%) dos brasileiros se importam com os selos e certificações socioambientais.

Este mesmo estudo também revelou que, para a maioria das pessoas, o consumo consciente está ligado à diminuição da poluição (61%) e ao uso sustentável dos recursos naturais (58%). Além disso, mais da metade dos consumidores afirmou preferir marcas que não tenham ligação com trabalho infantil ou condições análogas à escravidão (56%).

A pesquisa foi realizada pela CNC no contexto do Decreto 12.063/2024, de 17 de junho deste ano, que instituiu o Programa Selo Verde Brasil, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que tem por objetivo elaborar diretrizes nacionais para a certificação de produtos e de serviços que comprovadamente atendam a requisitos de sustentabilidade pré-definidos.

As normas que servirão de base para essa certificação serão elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e aplicadas por certificadoras acreditadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).

Confira mais [aqui](#).



Âmbito internacional

I “*Climate Week*” é realizada em Nova York nos dias 22 a 29 de setembro

A *Climate Week* é um dos maiores eventos globais dedicados à sustentabilidade e tem se tornado um catalisador para a ação climática, incentivando a implementação de compromissos e a criação de parcerias para a construção de um futuro mais sustentável. Organizado anualmente pela Climate Group, em parceria com a Assembleia Geral da ONU, o evento reúne líderes de governo, empresas, ONGs e ativistas para discutir e promover soluções relacionadas ao clima.

Este ano o evento foi realizado entre os dias 22 e 29 de setembro e contou com grandes anúncios, discussões e entrevistas com lideranças internacionais de negócios, governo e comunidade climática. Durante a semana, realiza-se uma série de painéis, *workshops* e sessões de *networking*, onde são abordados temas que vão desde políticas climáticas e investimentos sustentáveis até inovações tecnológicas e práticas empresariais responsáveis. A programação incluiu 900 eventos criados por pessoas e organizações que desejam promover a agenda do clima.

A programação da **Semana do Clima** abrangeu dez temas gerais:

Energia Revolução da energia limpa, eficiência energética e políticas de descarbonização;	Justiça Ambiental Amplificação das vozes das comunidades mais afetadas pela mudança climática;	Finanças Oportunidades financeiras para mitigar riscos climáticos e apoiar uma recuperação sustentável;
Alimentos Redução das emissões na produção de alimentos e promoção de práticas agrícolas sustentáveis;	Saúde Relação entre mudança climática e saúde humana, focando em doenças relacionadas ao clima;	Indústria Pesada Redução consome de energia nas indústrias que mais poluem;
Política Paneis em diversos níveis para suporte à ação climática;	Transporte Eletrificação dos sistemas de transporte para reduzir emissões.	Vida Sustentável Ações individuais e mudanças de estilo de vida que promovam a sustentabilidade;

Cada tema abordou questões específicas, como a transição para uma economia de baixo carbono, a justiça racial e socioeconômica, oportunidades financeiras em uma recuperação verde, a contribuição do sistema alimentar para as emissões de gases de efeito estufa. Este ano, de forma inédita, a Semana do Clima incluiu o tema “Saúde”, destacando o papel crescente que a saúde desempenha nas discussões sobre a ação climática e os impactos da mudança climática na saúde humana e nas infraestruturas de saúde.

Os participantes também discutiram a importância de transparência nas empresas em relação ao progresso de suas metas climáticas. Cada vez mais, as empresas estão adotando relatórios que detalham suas iniciativas de sustentabilidade e os impactos positivos das ações climáticas em seus negócios.

A *Climate Week NYC 2024* também serviu como plataforma para inovações e colaborações no campo da comunicação sobre ESG, promovendo diálogos sobre como comunicar eficazmente as iniciativas de sustentabilidade. A troca de experiências e a formação de redes foram essenciais, com muitos participantes expressando a importância de unir esforços para impulsionar a ação climática.

II Departamento de Justiça dos EUA publica novas diretrizes para avaliação de programas de compliance

No último mês de setembro, o Departamento de Justiça dos EUA (DoJ) lançou uma versão atualizada das Diretrizes para Avaliação de Programas de *Compliance* (ECCP).

Esse documento define os critérios que os promotores da Divisão Criminal do DoJ utilizarão ao avaliar o programa de compliance de uma empresa submetida a uma ação de execução criminal.

Embora tenha sido elaborado principalmente para os promotores, o ECCP também se apresenta como uma ferramenta útil para que as empresas compreendam como seus programas podem ser avaliados pelo DoJ. Ter um programa de compliance efetivo aumenta as chances de uma resolução favorável nas ações criminais, o que pode incluir a redução de penalidades financeiras e condições menos rigorosas para obrigações de compliance continuadas.

Entre as novas diretrizes, o ECCP orienta os promotores a analisarem como as empresas medem e gerenciam os riscos associados a novas tecnologias, como a inteligência artificial (IA), tanto em suas operações quanto em seus programas de compliance.

Para atender às expectativas do DoJ em relação à IA e outras tecnologias emergentes, as empresas devem inicialmente compreender como essas tecnologias são aplicadas em suas atividades, avaliar os riscos específicos que surgem e desenvolver políticas e procedimentos adequados para mitigar esses riscos emergentes.

Além disso, a nova versão do ECCP também destaca a expectativa do DoJ de que as corporações estabeleçam mecanismos eficazes para o relato confidencial de possíveis irregularidades e orienta os promotores a revisarem as políticas, treinamentos e como as empresas lidam com os funcionários que fazem denúncias de má conduta.

Para acessar o documento completo e conferir todas as atualizações das Diretrizes para Avaliação de Programas de Compliance (ECCP), acesse o [link](#).



III Nações Unidas adotam o “pacto para o futuro” em prol da governança global

No dia 22 de setembro, os líderes mundiais reunidos na Cúpula do Futuro, evento das Nações Unidas realizado em Nova York, adotaram o “Pacto para o Futuro”, um documento inovador que inclui o Pacto Digital Global e a Declaração sobre as Gerações Futuras.

Esse pacto marca o resultado de anos de discussões e busca adaptar a cooperação internacional às novas realidades globais, cobrindo questões como paz, segurança, desenvolvimento sustentável, clima, direitos humanos, gênero e governança digital.

Entre os compromissos estabelecidos, destaca-se a reforma do Conselho de Segurança da ONU, com foco na maior representatividade, especialmente para a África, e um compromisso com o desarmamento nuclear. O pacto também estabelece medidas para a regulamentação de tecnologias emergentes, como armas autônomas e governança do espaço sideral.

No campo do desenvolvimento sustentável, o acordo reforça a necessidade de reformar a arquitetura financeira global, com o objetivo de garantir maior participação dos países em desenvolvimento e melhorar o acesso a financiamentos. Em relação ao clima, o pacto reafirma o compromisso de

limitar o aquecimento global a 1,5°C e acelerar a transição para energias renováveis.

O Pacto Digital Global, anexo ao documento, é a primeira estrutura global abrangente para a cooperação digital, com foco na governança da Inteligência Artificial e na inclusão digital, buscando conectar escolas, hospitais e comunidades à Internet. Além disso, a Declaração sobre as Gerações Futuras busca garantir que as próximas gerações sejam consideradas nas decisões globais, com medidas concretas para promover a participação dos jovens.

O Pacto para o Futuro é um marco que reforça o compromisso dos países com as Nações Unidas, destacando uma visão de governança global mais inclusiva e preparada para enfrentar os desafios do século XXI.

Para mais informações, [clique aqui](#).

IV Austrália aprova lei para iniciar relatórios climáticos obrigatórios em 2025

A Câmara dos Representantes da Austrália aprovou, em setembro, o projeto de lei de Emenda às Leis do Tesouro, estabelecendo novos requisitos obrigatórios de relatórios climáticos para grandes e médias empresas.

A legislação também cria a Autoridade de Economia Líquida Zero, responsável por coordenar a transição econômica para emissões líquidas zero. A nova entidade terá como foco a requalificação de trabalhadores para a transição energética e a colaboração com a indústria e investidores, visando fomentar oportunidades na economia de baixo carbono.

Os requisitos de divulgação climática foram introduzidos em janeiro de 2024 pelo tesoureiro Jim Chalmers e estão alinhados com os padrões do *International Sustainability Standards Board (ISSB)*, da *IFRS Foundation*. O *Australian Accounting Standards Board (AASB)* está desenvolvendo padrões específicos para empresas australianas, enquanto o *Australian Auditing and Assurance Board (AUASB)* emitirá padrões de garantia até o final de 2024.

Os relatórios começarão em janeiro de 2025 para grandes empresas com mais de 500 funcionários, receitas acima de US\$ 500 milhões ou ativos superiores a US\$ 1 bilhão. Empresas de médio porte terão até julho de 2026 para se adequar, e as menores até 2027. A legislação também adota uma abordagem gradual para as emissões de Escopo 3, concedendo um ano extra para a divulgação dessas emissões indiretas.

A Autoridade de Economia Líquida Zero faz parte de um esforço maior da Austrália para atingir suas metas climáticas, incluindo a redução de 43% das emissões até 2030 e a neutralidade de carbono até 2050.

Para mais informações, [clique aqui](#).

V EPA divulga novos padrões e recomendações de rótulos para identificar produtos sustentáveis

A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA) divulgou uma proposta de atualização das suas Recomendações de Especificações, Padrões e Rótulos Ecológicos para Compras Federais. O objetivo é ajudar compradores do governo e outros consumidores a identificar produtos e serviços sustentáveis, climáticos e com ingredientes químicos mais seguros. Essas recomendações cobrem 35 categorias de produtos e serviços, levando em conta aspectos como a conservação de energia e água, o uso de materiais reciclados e a redução de substâncias nocivas como PFAS e plásticos descartáveis.

A proposta segue a regra implementada pela administração Biden em 2023, que exige que compras federais deem prioridade a produtos sustentáveis, conforme as recomendações da EPA. Com a expansão das categorias de rótulos ecológicos, o setor público foi direcionado a ampliar as aquisições para novos setores, como saúde, laboratórios, vestuário e uniformes, além de produtos reutilizáveis e compostáveis no setor de serviços de alimentação.

Entre as mudanças propostas, destacam-se a inclusão de 14 novos padrões e rótulos ecológicos para esses setores e a exclusão de sete rótulos ecológicos que não atendem mais aos critérios reforçados da EPA ou que foram descontinuados.



VI IA impulsiona esforços de descarbonização e gera benefícios financeiros, aponta estudo

Mais da metade das empresas globais relatam que o uso de Inteligência Artificial (IA) está gerando um impacto significativo em seus esforços de descarbonização, especialmente em áreas como medição e relatórios de emissões, segundo pesquisa recente do *Boston Consulting Group* (BCG). O estudo, realizado em parceria com a plataforma CO2 AI, entrevistou 1.864 executivos de grandes empresas e revelou que a IA está impulsionando benefícios financeiros substanciais relacionados à sustentabilidade.

Apesar disso, a pesquisa também aponta um progresso limitado nas iniciativas de descarbonização das empresas no último ano. Apenas 9% das empresas reportaram emissões abrangentes nos Escopos 1, 2 e 3, e apenas 11% alcançaram reduções alinhadas com suas metas climáticas. No entanto, mais de dois terços das empresas relataram ganhos financeiros derivados de suas iniciativas de descarbonização, com 25% delas relatando benefícios que superam 7% das receitas anuais.

A IA surge como o fator mais relevante para esses resultados, com empresas que utilizam essa tecnologia tendo 4,5 vezes mais chances de alcançar benefícios financeiros significativos. Outros fatores incluem o cálculo de emissões de produto e o desenvolvimento de planos de transição climática.

Embora os benefícios sejam evidentes, os altos custos e a falta de qualificação aparecem como barreiras ao uso da IA, sendo que 34% dos entrevistados apontam os custos como o principal obstáculo. Especialistas reforçam que,

com o uso responsável da IA, as empresas podem não apenas cumprir suas metas climáticas, mas também impulsionar seus resultados financeiros e operacionais.

Outro ponto de atenção envolve o alto consumo de energia necessário na utilização da IA em data centers, levantando preocupações sobre sua pegada de carbono. Embora a IA possa apoiar os esforços de descarbonização, é também fundamental considerar as emissões ao longo do ciclo de vida associadas aos produtos de IA, incluindo a produção, implementação e descarte.

VII IFRS lança guia para ajudar empresas a aplicar os padrões de relatórios de sustentabilidade da ISSB

A Fundação IFRS publicou um novo guia para auxiliar empresas que desejam adotar voluntariamente os padrões de relatórios de sustentabilidade emitidos pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). O documento, intitulado “*Voluntarily Applied ISSB Standards - A Guide for Preparers*”, visa apoiar as companhias na transição para as novas normas, especialmente em países ou regiões onde as empresas ainda não são obrigadas por lei a seguir os padrões do ISSB.

Criado em 2021, o ISSB tem como objetivo desenvolver normas que proporcionem aos investidores informações consistentes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. Em junho de 2023, foram lançados os primeiros padrões de sustentabilidade (IFRS S1) e de clima (IFRS S2), que vêm sendo progressivamente adotados por diversos reguladores internacionais. Segundo a *IFRS Foundation*, até maio deste ano, mais de 20 jurisdições, representando mais de 55% do PIB global, já haviam integrado ou estavam em processo de incorporação dessas normas.

O guia destaca mecanismos de transição e proporcionalidade que facilitam a implementação gradual dos padrões, além de ressaltar como as empresas podem se beneficiar ao fornecerem relatórios alinhados às demandas crescentes dos investidores. Esses padrões, considerados referência global, também se complementam com outras estruturas de reporte, como as diretrizes da TCFD e as normas do GRI.

Acesse o guia completo no [link](#) e mais informações [aqui](#).



Outras notícias interessantes

I **Uso de arrecadação do petróleo para proteção da Amazônia**

Tramita no Senado o Projeto de Lei nº13 de 2024, que propõe a destinação de 20% dos royalties, participação especial e excedente de óleo da União provenientes da produção petrolífera à preservação da Floresta Amazônica e ao apoio aos povos tradicionais. A proposta visa conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico. Para acompanhar o andamento do Projeto de Lei, acesse o seguinte [link](#).

II **Como as empresas podem delinear seu roteiro de governança de IA**

Com a crescente presença da inteligência artificial nas operações empresariais, a implementação ética de IA torna-se uma prioridade. *Colin Redbond*, vice-presidente sênior de estratégia de produtos na *SS&C Blue Prism*, destaca os principais passos para estabelecer uma governança eficaz de IA nas empresas, oferecendo um guia prático para a estruturação desse programa. Para ler o artigo completo, acesse o seguinte [link](#).

III Noruega avança no projeto de armazenamento de CO2 no fundo do oceano

A Noruega avançou no desenvolvimento de um serviço comercial para transporte e armazenamento de CO2, visando evitar a liberação desse gás na atmosfera e combater as mudanças climáticas. O plano prevê que o armazenamento ocorra no fundo do oceano, mediante o pagamento de uma tarifa. As primeiras toneladas de CO2 devem ser enterradas ainda em 2025. Para ler a notícia completa, acesse o seguinte [link](#).

IV O papel da indústria de seguros na transição para o Net-Zero

O artigo elaborado pela Linda Freiner, diretora de sustentabilidade do “*Zurich Insurance Group*”, destaca a importância da indústria de seguros na transição para uma economia de zero emissões. À medida que os riscos climáticos aumentam, a proteção oferecida pelas seguradoras se torna essencial, ajudando tanto na mitigação quanto na adaptação aos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Além de fornecer soluções de transferência de risco, as seguradoras podem financiar tecnologias sustentáveis e desenvolver produtos que suportem práticas ecológicas. Para ler o artigo completo, acesse o seguinte [link](#).

V Última usina a carvão do Reino Unido encerra atividades

No Reino Unido, o fim da era de geração de energia a carvão foi marcado pelo fechamento da usina *Ratcliffe-on-Soar* em 30 de setembro. Entre 1980 e 2012, a dependência desse tipo de energia foi reduzida de 80% para 40%. Isso é resultado de fatores como a aplicação de impostos sobre o carbono e o aumento do uso de fontes renováveis, mais baratas e sustentáveis. A desativação da usina representa um passo crucial na liderança britânica no combate global às mudanças climáticas. Para ler a notícia completa, acesse o seguinte [link](#).



VI Pacto Global da ONU realiza maior evento brasileiro de sustentabilidade corporativa no exterior

O Pacto Global da ONU – Rede Brasil realizou nos dias 19 e 20 de setembro o “SDG in Brazil 2024”, o maior evento brasileiro de sustentabilidade corporativa no exterior até o momento. O encontro aconteceu na sede da ONU, em Nova York, com foco no progresso das organizações rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para ler a notícia completa e os destaques do evento, [acesse o link](#).

VII Estudo diz que 86% das empresas brasileiras querem financiamento sustentável

Um estudo revelou que 86% das empresas brasileiras planejam aumentar o uso de financiamento sustentável até 2026, o que resultaria em um crescimento de 190% nos investimentos em projetos verdes. O estudo também identificou que o setor de energia é o principal demandante de crédito sustentável, seguido pela indústria e pelo tratamento de resíduos. Apesar da projeção otimista, metade dessas empresas ainda não utiliza linhas de financiamento focadas em sustentabilidade. Para ler a notícia completa, [acesse o link](#).

VIII Brasil é cotado como o hub de solução climáticas para o mundo

O Brasil é cotado como um hub de soluções climáticas para o mundo, mas precisará atrair até 2050 US\$ 3 trilhões em investimentos sustentáveis em diversos setores-chave para alcançar a neutralidade de carbono, segundo um estudo do *Boston Consulting Group* (BCG). O estudo ressalta que o net zero é possível devido às vantagens competitivas do país, contudo, o próprio financiamento climático é o principal desafio para isso. Para ler a notícia completa, acesse o [link](#).

IX A sustentabilidade é um impulsionador da inovação, não uma despesa a ser gerenciada

A sustentabilidade vai além de ser um custo para as empresas; ela impulsiona a inovação e o crescimento. Ao investir em eficiência e soluções criativas, as empresas podem transformar desafios ambientais em oportunidades de inovação e vantagem competitiva. Chad Spitler, CEO e fundador da *Third Economy*, nos apresenta como a sustentabilidade pode gerar valor e atrair investidores a longo prazo. Para ler a notícia completa, acesse o [link](#).

X Hong Kong propõe padrões de relatórios de sustentabilidade alinhados ao IFRS

O Instituto de Contadores Públicos Certificados de Hong Kong (HKICPA), visando maior transparência e comparabilidade global, anunciou novos padrões de relatórios de sustentabilidade, totalmente alinhados às normas IFRS. A medida, que deve entrar em vigor em agosto de 2025, busca atender às necessidades dos investidores por informações confiáveis sobre riscos e oportunidades de sustentabilidade. Essa mudança reforça a conexão entre negócios locais e o capital global. Para ler a notícia completa, acesse o [link](#).

XI Ibama lança nova plataforma de big data para acelerar recuperação ambiental

O Ibama apresentou a “Recooperar”, uma plataforma que utiliza big data para monitorar e recuperar áreas degradadas no Brasil. A ferramenta, desenvolvida em parceria com a Codex, permitirá uma gestão mais precisa e eficiente das áreas sob responsabilidade do órgão, otimizando o uso de informações geoespaciais. O objetivo é contribuir para a recuperação de 12 milhões de hectares até 2030. Para ler a notícia completa, acesse o [link](#).

XII Governador do Pará anuncia venda histórica de quase R\$ 1 bi em créditos de carbono

Durante a *Climate Week* em Nova York, o governador do Pará, Helder Barbalho, anunciou a venda de 12 milhões de créditos de carbono para a Coalizão LEAF, totalizando R\$ 982 milhões. Esse é o maior contrato de comercialização de créditos de CO2 da história, gerados pela redução do desmatamento no estado entre 2023 e 2026. Para ler a notícia completa, acesse o [link](#).

XIII MTE atualiza “Lista Suja” com 176 empregadores por condições análogas à escravidão

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou uma nova atualização do Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à escravidão, conhecido como “Lista Suja”. Nesta edição, 176 empregadores foram incluídos, com destaque para os setores de produção de carvão vegetal e criação de bovinos. A lista também excluiu 85 empregadores que cumpriram o período de dois anos de inclusão. Para ler a notícia completa, acesse o [link](#).

Equipe Responsável:



Maria João Rolim
m.j.rolim@rolim.com



Thiago Pastor
t.pereira@rolim.com



Luis Gustavo Miranda
l.miranda@rolim.com



Paulo Fernandes
p.fernandes@rolim.com



Marcus Vinícius N. Vaz
m.vaz@rolim.com



Vivian Marcondes
v.oliveira@rolim.com



Amanda Pacheco
a.pacheco@rolim.com



**Rolim
Goulart
Cardoso**

São Paulo
+55 (11) 3723-7300

Rio de Janeiro
+55 (21) 3543-1800

Belo Horizonte
+55 (31) 2104-2800

Brasília
+55 (61) 3424-4400

Düsseldorf
+(490) 211 688 519 26

Lisboa
+(351) 21 587 41 40